

Região tem 16 'cracolândias', diz comando da Polícia Militar

Em audiência pública sobre o tema, coronel Leandro Pereira Lima informa o número de pontos de vendas

VICTOR BARBEIRO

DA REDAÇÃO
A Baixada Santista tem 16 'cracolândias' espalhadas por sete cidades, de acordo com dados da Polícia Militar (PM) apresentados em audiência pública realizada na Câmara Municipal de Santos, ontem. A audiência foi promovida pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Epidemia de Crack, aberta neste ano na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) com o intuito de debater soluções para os problemas causados pela droga.

Os dados, apresentados pelo comandante da PM na região, o coronel Leandro Pereira Lima, se referem a locais públicos abertos de uso de drogas em Guarujá, Santos, São Vicente, Mongaguá, Itanhaém, Peruibe e Praia Grande. Foram identificados dois pontos em cada cidade, com exceção de Praia Grande, com quatro. No total, as 'cracolândias' da região somam 315 usuários.

Apesar das preocupações com a segurança pública, sugeridas por esses números, os especialistas da área da saúde ouvidos na CPI afirmaram que medidas como a internação compulsória, mencionada na sessão, não são o caminho mais eficiente para lidar com esse problema.

"O tratamento precisa ser baseado nas informações científicas. O tratamento forçado não só não funciona como a ONU indica contrariedade a essa modalidade", disse a terapeuta ocupacional especializada em Saúde Pública e vice-coordenadora do Observatório do Uso de Medicamentos e Outras Drogas, Luciana Togni Surjus.



No que concerne ao uso, o enfrentamento ao problema das drogas passa por uma abordagem com o viés da saúde, concordam especialistas



A audiência itinerante da CPI foi realizada na Câmara de Santos

CONSENSO INTERNACIONAL

Luciana defendeu que o Poder Público não deve marginalizar o usuário de drogas.

"O que vem sendo construído em Saúde Pública, num consenso internacional, é que se deve ampliar o conta-

to com essa população sem julgamentos, de modo que ela possa adentrar os processos de cuidado e saúde".

O coronel Lima, por sua vez, afirmou que o trabalho da polícia lida com as consequências do uso de dro-

MULTIDISCIPLINARIDADE

Apesar de eventuais divergências, a multidisciplinaridade nas ações contra o crack foi defendida pelos profissionais que palestraram. "O debate mostrou que cada um de nós temos algumas tarefas, que são diferentes. Enquanto as polícias precisam trabalhar para controlar o tráfico internacional de drogas e o crime organizado, nós lidamos com as consequências para a saúde das pessoas", disse o epidemiologista Fábio Mesquita, diretor de departamento no Ministério de Saúde e médico sanitário especialista no combate à aids e hepatites. O presidente da CPI, o deputado estadual Paulo Carrá Jr. (PSD) destacou a importância de ouvir os especialistas de diferentes áreas na audiência. "São várias vertentes que essa CPI abrange para que possamos fazer um relatório mais profundo e entregar nas mãos do governador, de modo que tenhamos várias opções e achemos um caminho (para lidar com o crack)", disse.

gas. Por isso, é necessário debater as mídias do problema. "Nós somos a última linha. Quando o problema da droga eclode na forma de crime, as polícias entram. Antes disso, vários atores não atuaram com a eficiência devida e fizeram com que isso acontecesse", afirmou, defendendo maior integração entre as diferentes frentes de trabalho, de modo a aumentar a eficiência das ações que lidam com essa questão.

LEGALIZAÇÃO

Quase inevitável em debates sobre drogas, o ponto da legalização foi levantado na audiência. Para Luciana, a legalização regulamentada pode ser uma alternativa viável para enfraquecer o crime organizado. Ela menciona o exemplo da Lei Seca nos Estados Unidos dos anos 1920, quando a proibição de bebidas alcoólicas fortaleceu as máfias, que as vendiam. "Quando o Estado abre mão de regular, fica na mão do crime organizado, porque as pessoas não vão deixar de beber", disse.

Como regulamentação bem sucedida, ela cita a regulamentação do tabaco no Brasil. "Você não vai proibir, mas vai colocar normas em termos de publicidade, de locais de uso, de taxa de tributária. Assim, você vai garantir que as pessoas tenham informações sobre o mal que a droga causa, mas elas podem optar pelo uso. Dessa forma, você não fortalece um sistema paralelo".

Por outro lado, o delegado da Polícia Civil Fabiano Barbeiro vê a legalização das drogas, principalmente do crack, com muitos olhos. "O crack é uma droga muito forte. Se for liberado, o número de 200 mil usuários que temos de crack no Brasil pode dobrar ou triplicar rapidamente, porque o poder de viciar é muito forte", afirmou. "O crack retira do usuário o discernimento, o que não acontece com usuário de álcool ou tabaco, salvo algumas exceções", complementou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 3